



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/ 2012-SRP
PARA SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

PREÂMBULO

O **ESTADO DE MATO GROSSO**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO/TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, por meio dos recursos do FUNAJURIS, com sede no Palácio da Justiça, Centro Político Administrativo, em Cuiabá/MT, e de seu (sua) **PREGOEIRO(A)**, designado(a) pela **Portaria n. 121/2012/C.ADM. DJE n. 8757, de 24/02/2012**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, destinada a selecionar propostas mais vantajosas para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP pelo critério de julgamento MENOR PREÇO**, observado os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no TERMO DE REFERÊNCIA e anexo deste Edital, na forma da **Lei n. 10.520/02, dos Decretos n. 3.555/00, n. 3.931/01, n. 5.450/05, n. 6.204/07, e, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 (e suas alterações posteriores)**, na data, horário e local abaixo indicados.

<u>MODALIDADE LICITATÓRIA</u>	PREGÃO ELETRÔNICO N. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
<u>FORMA:</u>	INDIRETA
<u>REGIME:</u>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
<u>TIPO:</u>	MENOR PREÇO
<u>DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:</u>	Dia: 27 de setembro de 2012 , ou no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, na hipótese de não haver expediente no Tribunal de Justiça. Hora de abertura das propostas: 09h30min – <u>Horário de BRASÍLIA/DF.</u> Hora da Sessão: 10h30min – <u>Horário de BRASÍLIA/DF.</u>

<u>ENDEREÇO:</u>	No <i>site</i> do Banco do Brasil www.licitacoes-
-------------------------	--



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

	e.com.br - Identificação do Tribunal de Justiça na página do Banco do Brasil: MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
MEIOS DE CONTATO:	E-mail: licitacao@tj.mt.gov.br Gerência Setorial de Licitação do Tribunal de Justiça, situado no Bloco Des. Antônio de Arruda – Av. Rubens de Mendonça, s/n.- Praça das Bandeiras – CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT Fone: (65) 3617-3747 Fax: (065) 3617-3727

1. DO OBJETO E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo odontológico para atender as necessidades dos consultórios de Odontologia do Ambulatório do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Fórum de Várzea Grande, conforme especificação e condições estabelecidas no Termo de Referência nº s/n do Ambulatório Médico, Anexo I.

1.2. O presente Edital vincula-se, ainda, ao disposto nas normas abaixo discriminadas:

1.2.1. Constituição Federal Art. 7º, XXXIII;

1.2.2. Lei Complementar n. 123/06;

1.2.3. Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n. 07/05, n. 09/05, n. 21/06;

1.2.4. Portaria n. 182/04 do Tribunal de Justiça/MT (Marco Regulatório).

1.3. A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor(a) designado(a) como Pregoeiro(a), que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à Sessão.

1.4. O Edital e documentação técnica poderão ser baixados por *download* no site **www.tjmt.jus.br/servicos/licitacao/** ou pelo site do Banco do Brasil **www.licitacoes-e.com.br**.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** somente as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos **e estejam devidamente credenciadas** no site **www.licitacoes-e.com.br** para acesso ao sistema eletrônico.

2.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

2.3. Não poderão participar desta licitação:

a) Empresas que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;

b) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

c) Empresa ou sociedade estrangeira;

d) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar perante a Administração Pública;

e) Empresas suspensas de Contratar com este Tribunal;

f) Empresas que estejam sob falência.

2.4. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Conter número de CNPJ da empresa licitante que emitirá as notas fiscais referentes à contratação do objeto;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor ou quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos **90 (noventa)** dias que antecederem à data da sessão deste certame;

c) Ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no site **www.licitacoes-e.com.br** (art. 3º, § 1º, Decreto n. 5.450/05).

3.2. Os interessados em participar desta Licitação deverão estar cadastrados no site **www.licitacoes-e.com.br** podendo fazê-lo em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., independentemente de ser correntista, quando então obterá a chave de identificação e de senha para participação na licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

3.3. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo **telefone 3003-0500** ou pelo site **www.licitacoes-e.com.br** na Cartilha do Fornecedor.

3.4. O credenciamento do licitante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados, bem como a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.5. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por quem utilize sua senha e chave, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido desta, ainda que por terceiros.

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. O interessado deverá declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e para fazer jus aos benefícios concedidos às microempresas ou empresas de pequeno porte, deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previstos do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A participação no pregão eletrônico ocorrerá com a digitação de senha privativa da licitante e do encaminhamento da proposta de preços, no **valor unitário e total dos itens**, observadas as condições definidas neste Edital.

4.1.1. O **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário** para os itens da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta de preços, formulada de acordo com os quadros quantitativos do Termo de Referência s/n e as especificações detalhadas do objeto, até a data marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento a proposta;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

4.3. O **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.6. O Licitante para fazer jus aos benefícios concedidos à microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previstos do artigo 3º da LC n. 123/06.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou a empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.8. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) Oficial designado(a) abrirá a sessão pública na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2. O(A) Pregoeiro(a) Oficial verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.3. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) Oficial e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.4. Em seguida, passar-se-á à oferta de lances, em valores sucessivos e decrescentes considerando-se o valor unitário dos itens.

5.5. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.6. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. O sistema ordenará, automaticamente, as proposta classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.2. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

6.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos;

6.3.1. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.4. No caso dos itens, embora a classificação final dos lances seja pelo valor total dos Itens, a disputa será pelo **valor unitário de cada item**. A cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o valor total dos itens, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor total dos itens.

6.5. Durante a sessão pública do pregão eletrônico as licitantes serão informadas, em tempo real, acerca do valor do menor lance, vedada a identificação do proponente.

6.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a).

6.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a), persistir por **tempo superior a 20 (vinte) minutos**, a sessão do pregão na forma eletrônico será **suspensa** e reiniciada somente após comunicação aos participantes, por meio de publicação no *site* do



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

provedor (www.licitacoes-e.com.br) ou site deste Tribunal de Justiça/MT (www.tjmt.jus.br/servicos/licitacao).

6.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas prevista neste Edital.

6.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e empresas de pequeno porte, será considerado empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não for apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) Classificação das propostas de microempresa, empresas de pequeno porte que se enquadram na situação prevista no **item 7.1**;

b) Convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea **“a”** deste subitem para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) Não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea **“b”** deste subitem, ou não ocorrendo a regularização fiscal na situação dos subitens **9.6. e 9.7**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da alínea **“a”** deste subitem, para o exercício do mesmo direito.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

7.2. Na hipótese da não-contratação ou nas situações prevista do **item 7.1** e suas alíneas, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação no sistema, quando houver, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta de preços ajustada ao **menor lance** elaborada de acordo as especificações do **Termo de Referência - Anexo I**, bem como os documentos de habilitação constantes **na cláusula 09 deste Edital,, no prazo máximo de 03 (três) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico**, por meio do fax n. (065) **3617-3727** ou pelo e-mail: licitacao@tj.mt.gov.br.

8.2. O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta justada ao menor lance, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação.

8.3. O preço proposto ajustado ao menor lance será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, despesas operacionais e demais encargos necessários à execução dos serviços contratados.

8.4. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

8.5. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante deixar de reenviá-la, ou ainda, não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

8.6. Após a negociação, havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o(a) Pregoeiro(a) irá avaliar as condições de habilitação do licitante.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) procederá a análise da documentação de habilitação do licitante detentor do menor preço, para verificação do atendimento às condições fixadas neste edital. Os documentos exigidos são:

9.1.1. Referentes à **habilitação jurídica**:

a) Para empresário individual: registro comercial;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

b) Para sociedade por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do estatuto arquivado na Junta Comercial;

c) Para sociedade empresária ou não empresária: cópia do contrato social e última alteração contratual arquivados na Junta Comercial;

d) Cópia do CPF e documento de identificação com foto recente do proprietário, diretores ou sócios;

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.1.2. Referentes à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Certidão Negativa de Débito relativo às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, dentro do prazo de validade;

d) Certidão Negativa relativa a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) conjunta com a inscrição em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), dentro do prazo de validade;

e) Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

h) Certidão negativa da dívida ativa do Estado de Mato Grosso emitida pela **PGEMT** ou equivalente na hipótese da licitante ser estabelecida em outra unidade da federação; - (avaliar a necessidade de solicitação).

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.3. Referentes à qualificação econômico-financeira:

a) Certidão de Falência da sede emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, datada



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

dos últimos **90 (noventa)** dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.1.4. Qualificação Técnica

A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverão fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da **ANVISA / MINISTÉRIO DA SAÚDE**, atendendo aos critérios:

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

- Rotulagem – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter descritos nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

- **Validade – não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75 % do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.**

9.1.5. Declarações:

- a)** Declaração de cumprimento ao disposto no Art. 7º, XXXIII, CF/88, conforme modelo anexo;

- b)** Declaração de cumprimento das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n. 07/05, n. 09/05 e n. 21/06, conforme modelo anexo;

- c)** Declarar, no momento da celebração do contrato, que está plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assumir o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigida no certame;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

d) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo do anexo deste Edital.

9.2. Os documentos relacionados nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, poderão ser substituídos pelo Certificado de Inscrição da Secretaria de Estado de Administração (SAD/MT), dentro do prazo de validade, e ainda:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes ao seu cadastramento junto a SAD/MT, impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, conforme modelo constante deste Edital.

9.3. Às empresas cadastradas na SAD/MT, que no momento da habilitação estejam com seus **documentos** com prazo de validade expirado, é assegurada a apresentação deste dentro do prazo de validade, nos termos do item **9.1**.

9.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópias, desde que autenticados por Cartório do Foro Extrajudicial, podendo ser autenticados pelo(a) Pregoeiro(a), caso em que devem estar presentes os originais.

9.5. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro(s) estabelecimento(s) da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, nos envelopes de proposta de preços, o(s) CNPJ desse(s) estabelecimento(s), observando que a habilitação será feita em relação ao estabelecimento indicado.

9.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo estando com alguma restrição.

9.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e das empresas de pequeno porte será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do(a) Pregoeiro(a), a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

9.9. Se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

classificação, verificando a sua aceitabilidade e após negociação, iniciará a fase de habilitação.

9.10. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço para os itens e atender às exigências fixadas neste Edital.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sendo, a partir de então, aberto prazo para apresentação das razões do recurso.

10.2. Decairá o direito de recorrer pela ausência de manifestação ou pela apresentação intempestiva das razões pela licitante, hipóteses em que o resultado será adjudicado à licitante melhor classificada.

10.3. Após o registro de interesse em recorrer, no prazo de **03 (três) dias** a licitante recorrente **deverá** transformar suas razões do recurso assinadas na extensão “pdf” e anexá-las no SISTEMA DO BANCO DO BRASIL – www.licitacoes-e.com.br em campo “documentos” ou nesse mesmo prazo endereçá-las ao licitacao@tj.mt.gov.br aos cuidados do(a) Pregoeiro(a) designado(a) para a Sessão Pública, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente e **deverá** transformar suas contrarrazões recursais assinadas na extensão “pdf”, bem como anexá-las no SISTEMA DO BANCO DO BRASIL – licitacoes-e.com.br em campo “documentos” ou nesse mesmo prazo endereçá-las ao licitacao@tj.mt.gov.br aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

10.4. O prazo da recorrente começa a correr no dia posterior ao término do prazo para interposição de recurso.

10.5. As razões do recurso poderão estar disponíveis no *site* do Tribunal de Justiça/MT com anexo ao Edital para conferência e contrarrazões.

10.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados, durante os prazos de recurso.

11. DO PREÇO



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

11.1. A proposta deverá conter uma única cotação, com preços unitários e totais para os itens, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

11.2. Não serão aceitos preços cujos valores globais sejam inexequíveis ou excessivos, sendo entendido como excessivos aqueles superiores ao praticado pelo mercado.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Caso não haja recurso, o(a) Pregoeiro(a) Oficial poderá adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor e ficará sujeito à homologação do certame pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pelo servidor designado para esse ato. Esta Licitação poderá ser revogada ou anulada motivadamente por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

13. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. A proposta de preços ajustada ao lance final juntamente com os documentos exigidos para habilitação neste Edital deverá ser encaminhada, **no prazo máximo de 03 (três) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico**, por meio do fax n. (065) **3617-3727** ou pelo e-mail: **licitacao@tj.mt.gov.br**.

13.2. A proposta de preços e os documentos originais ou em cópia autenticada por cartório, já encaminhada via fax ou endereçada via correio eletrônico, também deverá ser endereçada ao(a) Pregoeiro(a), na Gerência Setorial de Licitação do Tribunal de Justiça, situada no Bloco Des. Antônio de Arruda – Av. Rubens de Mendonça, s/n. - Praça das Bandeiras – CEP: 78.050-970, Cuiabá-MT, **no prazo de 5 (cinco) dias, contados do encerramento da sessão do certame**.

13.2.1. A proposta de preços mencionada no subitem 13.1 deverá conter declaração expressa, emitida pelo licitante, de que nos valores ofertados estão



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

inclusas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza.

13.3. A proposta de preços a ser enviada, observado o disposto nos subitens 13.1. e 13.2. deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

a) Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número do fax e, se houver, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) Descrição clara do objeto, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência s/n, anexo deste Edital;

c) Para os itens que foram agrupados em lote – indicação única de preço para cada item que compõe o lote cotado, com exibição dos valores unitário e total apenas em algarismos e do valor total do lote em algarismo e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo;

d) No caso dos itens agrupados em lote, finda a disputa, a aceitação será para a totalidade do lote, não sendo possível aceitar parte do lote, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação;

e) Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

f) Documentos de habilitação em original ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor da Administração.

13.4. Não serão aceitos oferta de mercadorias com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Termo de Referência **nº s/n do Ambulatório Médico** deste Edital.

13.5. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total, prevalecerá o unitário.

13.6. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

13.7. A proposta apresentada em desacordo com este Edital será desclassificada.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

14. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

14.1. A licitante vencedora, após convocação, deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes para assinatura da Ata de Registro de Preço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Assinada e publicada a ARP, a licitante vencedora obriga-se a:

a) Executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital, no **Termo de Referência n. s/n do Ambulatório Médico, na proposta e na Ata de Registro de Preços.**

15. DAS SANÇÕES

15.1. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será comunicado a SAD/MT e nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) Não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de vigência da Ata;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Deixar de apresentar documentos exigidos para o certame;

e) Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

f) Não mantiver a proposta;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.1.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei n. 10.520 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5 % (meio por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

apresentação de documentos ou assinatura e devolução da Ata. Caso o atraso para assinatura e devolução da Ata seja superior a 10 (dez) dias, e a critério da Administração, poderá configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 0.5 % (meio por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado para entrega do objeto, até o limite de 10% (dez por cento). Após 20 (vinte) dias, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 3 % (três por cento) ao dia sobre o valor do bem, no caso de atraso injustificado para substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação durante o período de garantia, limitada a incidência de 10 (dez) dias. Após esse prazo, e a critério da Administração, poderá configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.4) 40 % (quarenta por cento) sobre o valor do bem, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.3”;

b.5) 10 % (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços registrados, ou em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal à adjudicatária ou cobrado judicialmente por meio da Procuradoria do Estado, ou ainda poderá ser convertida em suspensão do direito de licitar com o Tribunal de Justiça.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do **subitem 15.1** poderão ser aplicadas, cumulativamente, à pena de multa.

15.4. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 15.1. também poderão ser aplicadas à adjudicatária ou ao licitante, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

15.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação por parte do TJ/MT, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria Estadual.

15.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15.7. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no subitem 15.1, c, d, deste Edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15.8. O possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei n. 10.520/02, n. 8.666/93 e pelos Decretos n. 3.931/01, n. 3.555/00.

16. DO MODO DE ENTREGA, DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

16.1. O licitante vencedor deverá **entregar o objeto licitado, mediante agendamento, no local indicado nos Itens 7 e 8** do Termo de Referência nº s/n do Ambulatório Médico.

16.2. Os produtos, marcas e modelos especificados na Proposta Comercial definitiva da vencedora do Pregão, deverão ser exatamente os mesmos a serem fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.3. Se, por motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecedor julgar necessário solicitar a troca de algum produto na vigência da Ata de Registro de Preço, deverá apresentar justificativa formal e documentação que comprove tal fato ao Órgão Gestor do Registro de Preço.

16.4. Entende-se por “motivo de força maior ou caso fortuito”: ocorrência de fato inevitável, imprevisto e alheio à vontade do fornecedor, que impeça o fornecimento do produto registrado na ATA, como, por exemplo, produto que deixou de ser fabricado, ou incapacidade do fabricante produzi-lo na quantidade e prazo necessário, a retirada do fabricante do mercado fornecedor.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

16.5. Desde que a finalidade e as características do novo produto sejam semelhantes ou melhores que as do produto anterior, e não havendo alteração no preço, e somente após concordância expressa do Órgão Gestor, poderá ocorrer a troca.

16.6. Entende-se por “produto semelhante” o produto que é da mesma espécie, qualidade, natureza ou forma, em relação ao produto registrado na ATA.

16.7. Os materiais serão avaliados com o escopo de verificar sua conformidade quanto às quantidades e qualidades descritas no Termo de Referência deste Edital.

16.7.1. Os materiais serão recebidos, conforme os artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/93, da seguinte forma:

* PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto, pelo Departamento de Material e Patrimônio do Tribunal, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Casos não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento;

* DEFINITIVAMENTE, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

16.8. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a adjudicatária obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o Tribunal.

16.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da adjudicatária.

16.10. Será fiscal da ARP para o Tribunal de Justiça o Senhor Dr. Jose Carlos Fava, matrícula 3625 e Dr. Reynaldo Martins Junior, matrícula 6622, Odontologistas do Ambulatório Médico deste Tribunal de Justiça.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO somente após a verificação e o recebimento dos materiais pelo Departamento de Material e Patrimônio.

17.2. No momento da entrega, os materiais deverão estar acompanhados da Nota Fiscal de venda, bem como das Certidões de FGTS, INSS e Certidões Negativas de Débitos: Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista dentro do prazo de validade. O



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

documento fiscal deverá conter as especificações dos objetos entregues, inclusive a marca do material, bem como os números de série, conforme o caso.

17.3. As empresas do Estado de Mato Grosso que não tiverem cadastradas as Notas Fiscais eletrônicas deverão apresentar comprovante de Nota Fiscal de vendas para Órgão Público.

17.4. Apresentada a Nota Fiscal de venda caberá ao Fiscal da Ata de Registro de Preço atestá-la, nos termos do Termo de Referência, encaminhando-a ao departamento responsável pelo pagamento.

17.5. As Notas Fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital serão devolvidas à contratada, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para regularização, correndo, nesse caso, o prazo estipulado para pagamento, somente a partir da completa regularização.

18. DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

18.1. É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, exceto por força de legislação ulterior que assim o permita.

18.2. Nos preços deverão estar inclusos todos os custos incidentes sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, entrega da publicação e qualquer incidência de seguros, se houver.

18.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de *officio* ou a pedido do licitante signatário, nas seguintes condições:

a) Para cima, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "b" e § 5º, da Lei n. 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor dos serviços, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

b) Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado encontra-se substancialmente superior ao praticado no mercado;

c) Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar sua aquisição em dólar e o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado por meio de cópias de notas fiscais.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos , consignados na Fonte 240, no Elemento de Despesa 3390-30.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital deste Pregão, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão pública, apontando o site www.licitacoes-e.com.br, de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entendam viciarem o Edital.

20.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao certame deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente via *e-mail* para licitacao@tj.mt.gov.br ou protocolizadas no protocolo geral do Tribunal de Justiça/MT no mesmo prazo.

20.1.2. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a informação/esclarecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

20.1.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.2. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Tribunal de Justiça a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

21.2. O preço registrado e a indicação das respectivas empresas fornecedoras serão divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

21.3. O Tribunal de Justiça fará monitoramento dos preços registrados, podendo estes ser revistos em decorrência de eventual redução ou elevação, de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado.

21.4. A empresa que não puder cumprir com as obrigações assumidas, devido à elevação do preço de mercado, será liberada do compromisso assumido, caso consiga comprovar por meio de documentos (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, listas de preços de fabricante, entre outros).

21.5. Na hipótese de não-aceitação da justificativa apresentada, caso a empresa não mantenha o compromisso assumido, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total.

21.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

21.7. A simples alegação de alta do dólar não ensejará a revisão da equação econômico-financeira, a empresa deverá comprovar por meio de documentos (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, listas de preços de fabricante, entre outros), o preço em dólar constante da proposta e o preço vigente no mercado.

21.8. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pelo TRIBUNAL, para o objeto pesquisado.

21.9. A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura.

21.10. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado nos termos do art. 13 do Decreto n. 3.931/01.

21.11. A partir da vigência da ARP o fornecedor fica obrigado a cumprir na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

21.12. A assinatura da ARP está condicionada à verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

21.13. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar a ARP, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

22.2. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta, apresentação de documentos relativos a esta licitação ou participação na sessão pública.

22.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

22.4. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/93, este Edital, seus Anexos e a proposta da adjudicatária serão partes integrantes do contrato.

22.5. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse da Administração.

22.6. Aplicam-se a esta licitação, subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

22.7. Consultas poderão ser formuladas pelo e-mail: licitacao@tj.mt.gov.br

22.8. Toda comunicação oficial ocorrerá por fax, e-mail ou por publicação, nos termos da legislação.

22.9. Essa licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, ou ainda anulada por alguma ilegalidade desde que, motivada nos autos, sendo concedido prazo para a defesa dos interessados.

23. DOS ANEXOS

23.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência s/n do Ambulatório Médico..

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo III – Modelo Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes.

Anexo IV – Modelo de Declaração nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

Anexo V – Modelo de declaração de cumprimentos das resoluções n. 07/05, 09/05 e 21/06 – CNJ.

Anexo VI – Declaração de não enquadramento no art. 3º, § 4º, da LC n. 123/06.

Anexo VII – Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço.

24. DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro de Cuiabá/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas deste Edital, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT 13 de setembro de 2012

Delson Vergílio da Silva
Pregoeira Oficial

Ciente:

Euzeni Paiva de Paula Silva
Coordenadora Administrativa



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológico para atender as necessidades dos consultórios de Odontologia do Ambulatório do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Fórum de Várzea Grande, conforme especificações em anexo.

AMBULATÓRIO
Material de Consumo

LOTE – 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	Adaptador de brocas de alta rotação para baixa rotação, em inox-unidade.	UNIDADE	20
2.	Adesivo Fotopolimerizável para esmalte e dentina. Sistema contendo frasco composto de água e etanol, Bis-GMA, 10 % de sílica coloidal, com partículas de 5nm, copolímero de ácido acrílico e ácido itacônico. Frasco com 6 g. Marca Single Bond 2 da 3M ou similar	FRASCO	20
3.	Adesivo Magic Bond com carga, fotopolimerizável, para resina. Frasco de 4 ml. Vigodent ou similar	KIT	05
4.	Agente de união multi-uso com flúor, kit contendo 02 frascos de adesivo de 4ml cada, 01 seringa de condicionador ácido, 05 agulhas para aplicação do condicionador ácido e pontas p/ aplicação do agente de união.kit	KIT	02
5.	Água destilada para autoclave, galão de 5 litros.	GALÃO	250
6.	Água oxigenada 10 vol. Frasco de 1 litro.	FRASCO	08
7.	Agulha gengival para anestesia odontológica, siliconada, 30 G Curta, com bisel, esterilizada	CAIXA	10
8.	Agulha gengival para anestesia odontológica, siliconada, 30 G extra-curta, com bisel, esterilizada	CAIXA	03
9.	Álcool 70, frasco com 1 litro.	LITRO	140
10.	Algodão Hidrófilo, pacote de 1 kilo.	PACOTE	15
11.	Amálgama em cápsula com 1 porção regular. Caixa com 50 cápsulas.	CAIXA	10



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

12.	Amálgama em cápsula com 2 porções regular.Caixa com 50 cápsulas.	CAIXA	10
13.	Anestésico Injetável, cloridrato de Prilocaina a 3% com vasoconstritor Felipressina 0,03 U.I./ml, tubetes de 1,8ml cada.Caixa	CAIXA C/ 50	05
14.	Anestésico Injetável, com 36mg de cloridrato de mepivacaína a 2% + 18 ug de epinefrina(com vasoconstritor), tubetes de vidro de 1,8ml cada.caixa	CAIXA C/ 50	50
15.	Anestésico Injetável, mepivacaína a 3%, sem vaso constritor, tubetes de vidro de 1,8ml cada.caixa.	CAIXA C/ 50	05
16.	Anestésico Tópico Gel, com 200mg de benzocaína por grama, pote com 12 gramas.	POTE	30
17.	Aplicador de hidróxido de cálcio duplo,em aço inox	UNIDADE	10
18.	Aplicador de adesivo descartável, tamanho regular ou médio.Caixa com 100 unidades	CAIXA	60
19.	Avental manga longa, 2 bolsos grandes, gola padre, tam G, 100% polipropileno, atóxico, não inflamável e descartável	UNIDADE	80
20.	Avental manga longa, 2 bolsos grandes, gola padre, tam M, 100% polipropileno, atóxico, não-inflamável e descartável	UNIDADE	60
21.	Avental manga longa, 2 bolsos grandes, gola padre, tam. P, 100% polipropileno, atóxico, não-inflamável e descartável	UNIDADE	40
22.	Babador Dental, tamanho 33 x 48cm, impermeável, descartável, com 3 camadas.Pacote com 100 unidades.	PACOTE	100
23.	Brocas Gates nº 02. unidade	UNIDADE	05
24.	Brocas Gates nº 03. unidade	UNIDADE	05
25.	Brocas Gates nº 04. unidade	UNIDADE	05
26.	Broca 1013	UNIDADE	70
27.	Broca 1014	UNIDADE	70
28.	Broca 1092	UNIDADE	30
29.	Broca 1111	UNIDADE	50
30.	Broca 1190	UNIDADE	30
31.	Broca 1190 F	UNIDADE	30
32.	Broca 1190 FF	UNIDADE	30
33.	Broca 3118	UNIDADE	70
34.	Broca 3118 FF	UNIDADE	70
35.	Broca 3168 F	UNIDADE	50
36.	Broca 3195	UNIDADE	30
37.	Broca 3203	UNIDADE	30
38.	Broca 3215	UNIDADE	30
39.	Broca baixa rotação Lentulo identificador branco	UNIDADE	04
40.	Broca carbaide esférica nº 2, para baixa rotação	UNIDADE	30



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

41.	Broca carbaide esférica nº 4, para baixa rotação	UNIDADE	60
42.	Broca carbide esférica nº 6, para baixa rotação	UNIDADE	60
43.	Broca esférica de aço nº 2,p/ baixa rotação	UNIDADE	35
44.	Broca esférica de aço nº 4,p/ baixa rotação	UNIDADE	70
45.	Broca esférica de aço nº 6,p/ baixa rotação	UNIDADE	70
46.	Broca esférica de aço nº 8,p/ baixa rotação	UNIDADE	70
47.	Brocas diamantadas e douradas de alta rotação, para acabamento de resina composta kit	UNIDADE	15
48.	Brunidor simples nº 29,aço inox	UNIDADE	15
49.	Cabo para espelho, autoclavável e de aço inox.	UNIDADE	25
50.	Callen-pasta de hidróxido de cálcio para uso endodôntico.Caixa com 02 tubetes de hidróxido de cálcio e 02 tubetes de glicerina	UNIDADE	04
51.	Caixa de inox com tampa para esterilização nº 18x08x05 cm	UNIDADE	06
52.	Cimento de ionômero de vidro Maxxion R.,de presa química para restauração dentária.Kit com frasco de pó de 10 grs., frasco de líq. de 8 grs.,colher dosadora e bloco de mistura.Cor A3	KIT	10
53.	Cimento a base de óxido de zinco/sulfato de zinco, sem eugenol , de endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, radiopaco, para preenchimento temporário das cavidades dentárias.	POTE	10
54.	Cimento de hidróxido de cálcio radiopaco, kit c/ 2 bisnagas-dycal ou hidro C	KIT	08
55.	Cimento Endodôntico a base de Hidróxido de Cálcio,com 01 pasta base e 01 pasta catalisadora.Kit	KIT	05
56.	Colgaduras para revelação de película de rx em inox.unidade	UNIDADE	20
57.	Compressa Cirúrgica de gaze Hidrófila de 7,5cm de comprimento com 8 dobras e 5 camadas sendo 9 fios por cm x cm.Pacote	PACOTE	50
58.	Condicionador Ácido Fosfórico a 37%. Seringa c/ 2.5ml.	UNIDADE	60
58.	Cone de papel absorvente 15-40.Caixa	CAIXA	04
60.	Cone principal-15-40.Caixa	CAIXA	08
61.	Cunha interdental anatômica em madeira TDV, sortidas e coloridas- pacote com 100 unidades	PACOTE	20
62.	Cureta de dentina(escavador) nº 11 por 1/2-aço inox	UNIDADE	10
63.	Cureta de dentina(escavador) nº 17 -aço inox	UNIDADE	10
64.	Cureta periodontal de Gracey nº 13/14,em aço carbono.	UNIDADE	20
65.	Cureta periodontal Maccall,nº 13/14,em aço carbono.	UNIDADE	20
66.	EDTA- trissódico-frasco com 20 ml	FRASCO	04
67.	Envelope p/ esterilização-caixa 100 unidades- grande (	CAIXA	80



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

	140x260 mm)		
68.	Envelope p/ esterilização-caixa c/100 und-pequeno (90x260mm)	CAIXA	120
69.	Escova Robinson branca	UNIDADE	60
70.	Escova Robinson preta	UNIDADE	60
71.	Espaçador para endodontia	KIT	03
72.	Espátula de inserção nº 01, para resina composta. Aço inox	UNIDADE	10
73.	Espátula de Holdenback 3SS. Aço inox	UNIDADE	05
74.	Espátula simples nº 24, aço inox	UNIDADE	15
75.	Espelho Clínico plano, número 5, em aço inoxidável, resistente a esterilização em autoclave e anti-reflexo.	UNIDADE	70
76.	Esponja para limpeza de uso geral, dupla face.	UNIDADE	10
77.	Estirpa nervo.kit	KIT	02
78.	Eucaliptol-frasco de 20 ml	FRASCO	04
79.	Eugenol	FRASCO	04
80.	Evidenciador de placa.Frasco de 10 ml.	FRASCO	04
81.	Filme para Radiografia Dental Kodak, adulto.Caixa c/ 150 unidades.	CAIXA	07
82.	Filme Pediátrico para Radiografia Dental Kodak.cx com 100 unidades	CAIXA	03
83.	Fio de sutura mono nylon agulhado e estéril, 3.0. Caixa com 24 envelopes	CAIXA	08
84.	Fio de sutura de seda 4.0, agulhado e estéril. Caixa com envelopes esterilizados.	CAIXA	12
85.	Fio Dental, rolo com 500 m	ROLO	20
86.	Fita adesiva termo ativa para autoclave, rolo de 19mm x 30 m.	ROLO	25
87.	Fixador Dental Kodak, contendo água(80-85%), tiossulfato de amônio (5-10%), tiocianato de amônio (5-10%), frasco com 475 ml	FRASCO	30
88.	Flúor para aplicação tópica, tixotrópico, neutro pH (7.0). Frasco com 200ml	FRASCO	07
89.	Fórceps infantil nº 05, Golgran, para incisivos inferiores decíduos. Tamanho 15,50 cm, aço inox	UNIDADE	02
90.	Fórceps infantil nº 06, Golgran, para molares inferiores decíduos. Tamanho 15,50 cm, aço inox	UNIDADE	01
91.	Formocresol-frasco com 10 ml	UNIDADE	04
92.	Grampo de metal para isolamento absoluto numero 205	UNIDADE	03
93.	Grampo de metal para isolamento absoluto numero 207	UNIDADE	03
94.	Grampo de metal para isolamento absoluto numero 26	UNIDADE	06
95.	Grampo de metal para isolamento absoluto numero 29	UNIDADE	03
96.	Guardanapos de Papel 33,0cm X 30,0cm.pacote com 50.	PACOTE	120
97.	Guta percha R8-caixa	CAIXA	10



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

98.	Guta percha R7-caixa	CAIXA	10
99.	Hastes Flexíveis com Pontas de Algodão, caixa com 75.	CAIXA	35
100.	Hidratante Proderm-emulsão para as mãos, composto por propilenoglicol, óleo vegetal, butil-hidroxitolueno, dimeticona, fenoxietanol com parabenos, álcool cetílico, ácido esteárico, edetato tetrassódico, alantoina, trietanolamina, corante CI 17200, fragrância e ág	FRASCO	30
101.	Hidróxido de Cálcio P.A.Caixa c/ frasco com 10g	CAIXA	04
102.	Ionômero de Vidro para forramento Vitrebond. kit pó e líquido	KIT	08
103.	Ionômero de Vidro para Restauração Vitremer.Líquido contendo água, ácido policarboxílico, hidroxietilmetacrilato, frasco com 8ml, fotoativado.	FRASCO	13
104.	Ionômero de Vidro para Restauração Vitremer, pó de vidro de silicato de flúor-alumínio, frasco com 9g, cor A3, fotoativado	FRASCO	08
105.	Ionômero de vidro restaurador, contendo 1 frasco de ionômero 10g, 1 frasco de ácido poliacrílico 8g, 1 medidor, cor A3	KIT	08
106.	IRM -líquido	CAIXA	15
107.	IRM- pó	CAIXA	08
108.	IRM-pó e líquido(Kit)	KIT	05
109.	Kit de Aspiração e Irrigação para endodontia com agulhas de ponta romba em inox.	KIT	03
110.	Kit de Campo Cirúrgico descartável e estéril	KIT	15
111.	Kit de pontas de polimento de resina enchanço	KIT	40
112.	Lençol de borracha azul para isolamento absoluto.	CAIXA	20
113.	Lima Kerr- 1ª série-21mm.	CAIXA	06
114.	Lima Kerr- 2ª série-21mm.	CAIXA	06
115.	Lima Kerr nº 08, 25mm ,caixa	CAIXA	03
116.	Lima Kerr nº 10, 25mm,caixa	CAIXA	02
117.	Luva cirúrgica numero 7,pacote com 1 par de luvas esterilizadas e talcadas	PACOTE	20
118.	Luva cirúrgica numero 7,5,pacote com 1 par de luvas esterilizadas e talcadas	PACOTE	20
119.	Luvas de Procedimentos, tamanho Extra-pequeno, ambidestras, com espessura mínima de 0,08mm e comprimento mínimo de 230mm	CAIXA	130
120.	Luvas de procedimentos, tamanho Grande, ambidestras, com espessura mínima de 0,08mm e comprimento mínimo de 230mm.	CAIXA	10
121.	Luvas de Procedimentos, tamanho Médio, ambidestras, com espessura mínima de 0,08mm e comprimento mínimo de 230mm.	CAIXA	100



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

122.	Luvas de Procedimentos, tamanho Pequeno, ambidestras, com espessura mínima de 0,08mm e comprimento mínimo de 230mm	CAIXA	90
123.	Máscara Cirúrgica Descartável com elástico, Anti-alérgica, com 3 camadas de proteção.caixa com 50.	CAIXA	150
1234.	Matriz de aço 0,05mm ,rolo	ROLO	35
125.	Matriz de aço 0,07 mm,rolo	ROLO	35
126.	Óculos de proteção transparente,com haste ajustável e lentes anti-embaçante.unidade	UNIDADE	20
127.	Óleo lubrificante spray para canetas de alta e baixa rotação.Frasco com pontas adaptadoras que se ajustem em canetas de alta como baixa rotação.	FRASCO	18
128.	Óxido de zinco-liquido	FRASCO	07
129.	Óxido de zinco-pó	CAIXA	07
130.	Paramonoclorofenol com furacin. Frasco	FRASCO	02
131.	Pasta Profilática, Caixa c/ bisnaga de 50gr.	CAIXA	20
132.	Pinça clínica para algodão nº 17-aço inox	UNIDADE	20
133.	Pinça porta grampo modelo palmer, marca duflex ou similar.Aço inox	UNIDADE	02
134.	Perfurador para dique de borracha Ainsworth.Aço inox	UNIDADE	02
135.	Pó para profilaxia dental, a base de bicarbonato de sódio, caixa com 20 sachês de 30 gramas cada	CAIXA	15
136.	Pomada Bepantol para assaduras a base de Dexpantenol 50mg vitamina B5.marca bepantol ou similar.	CAIXA	05
137.	Pontas chofu esféricas	UNIDADE	40
138.	Pontas chofu tipo chama	UNIDADE	50
139.	Porta amalgama de aço inox adulto	UNIDADE	10
140.	Primer de ionômero de vidro para restauração, composto de hidroxietilmetacrilato e etanol. Frasco com 6,5ml.	FRASCO	03
141.	Resina charisma A2	BISNAGA	10
142.	Resina charisma A3	BISNAGA	20
143.	Resina charisma A3,5	BISNAGA	15
144.	Resina charisma AO2	BISNAGA	05
145.	Resina charisma AO3,5	BISNAGA	05
146.	Resina charisma B 1	BISNAGA	06
147.	Resina Composta P60 cor A3	BISNAGA	20
148.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas, para dentes anteriores ou posteriores,para dentina ou esmalte,cor A1E ou cor A1B.	BISNAGA	06
149.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável,bisnaga com 4 gramas,para dentes anteriores e posteriores, para dentina ou esmalte,cor A2E ou cor A2B.	BISNAGA	10
150.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas,para dentes anteriores e posteriores, para	BISNAGA	20



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

	dentina ou esmalte cor A3E ou cor A3B		
151.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas, para dentes anteriores e posteriores, para dentina ou esmalte, cor A3,5E ou cor A3,5B	BISNAGA	20
152.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas, para dentes anteriores e posteriores, para dentina ou esmalte, cor B1E ou cor B1B	BISNAGA	03
153.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas, para dentes anteriores e posteriores, para dentina ou esmalte, cor B3E ou cor B3B	BISNAGA	06
154.	Resina Composta Z350, fotopolimerizável, bisnaga com 4 gramas, para dentes anteriores e posteriores, c para dentina ou esmalte, cor B2E ou cor B2B	BISNAGA	06
155.	Revelador Dental Kodak, contendo água (85-90%), metabissulfito de sódio (5-10%) e hidroquinona (2%), frasco com 475 ml	FRASCO	30
156.	Roletes de Algodão dental de formato cilíndrico, 100% algodão, super absorvente, tamanho regular. Pacote com 100	PACOTE	280
157.	Selante para Fóssulas e Fissuras Fotopolimerizável por luz visível, matizado, composto por Bis-GMA Uretano modificado, Trietileno Glicol Di-Metacrilato, Borosilicato de Alumínio e Bário, Éster Tetracrílico Fosfórico, Fluoreto de Sódio, N-metil Dietanolami	KIT	02
158.	Seringa de dessensibilizante a 2 %	UNIDADE	08
159.	Seringa de vidro hipodérmica de 5 ml, com bico metálico.	UNIDADE	10
160.	Seringa de plástico de 10 ml, descartável e estéril.	UNIDADE	20
161.	Seringa carpule dobrável para anestesia com refluxo, inox	UNIDADE	06
162.	Seringa Centrix com 30 pontas avulsas. kit	KIT	02
163.	Seringa para Callen, inox	UNIDADE	02
164.	Solução Aquosa para limpeza de cavidades de Digluconato de clorhexidina a 2%, frasco c/ 100ml	FRASCO	02
165.	Solução bucal de Gluconato de clorexidina a 0,12%, frasco de 230 ml	FRASCO	02
166.	Solução de Milton, Hipoclorito de Sódio a 1%, 1 litro	FRASCO	14
167.	Solução Hemostática Tópica, sem epinefrina, cada grama contém 250mg de cloreto de alumínio, 0,1mg de sulfato de hidroxiquinoleína de alumínio, em veículo alcoólico/glicol/aquoso, frasco com 10ml.	FRASCO	06
168.	Sonda exploradora nº 5, em aço inox.	UNIDADE	15
169.	Soro fisiológico-frasco com 500 ml	FRASCO	40
170.	Spray frio para teste de vitalidade pulpar-frasco de 200	FRASCO	08



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

	ml		
171.	Sugador Cirúrgico Descartável, caixa com 40 unidades	CAIXA	03
172.	Sugador plástico descartável com fio de aço em seu interior que permita adaptação no seu formato a boca do paciente e não sofra alteração após essa adaptação. Pacotes com 40 unid.	PACOTE	450
173.	Otosporim-Suspensão Otológica de hidrocortisona 10mg/ml, sulfato de neomicina 5mg/ml e sulfato de polimixina B 10.000UI/ml. Via Otológica. Frasco com 10ml.	FRASCO	04
174.	Taça de borracha para contra-ângulo, usada para profilaxia, cor branca	UNIDADE	80
175.	Tesoura Íris curva.Aço inox	UNIDADE	05
176.	Tira de aço abrasiva de 4mm-pacote com 12 unid	PACOTE	40
177.	Tira de lixa dupla 3M para acabamento dental de resina composta,caixa com 150	CAIXA	08
178.	Touca Descartável Sanfonada de Polipropileno-pacote com 100 unidades	PACOTE	20
179.	Tricresol formalina-frasco de 10 ml	FRASCO	03
180.	Gorro masculino descartável, com elástico atrás. Pacote com 10 unidades.	PACOTE	10
	Total		

3. Exigências Habilitatórias

As exigências contidas no presente edital.

4. Exigências Mínimas Em Relação À Proposta

Apresentar proposta contendo: descrição dos produtos conforme especificação contida no item 02 do presente Termo de Referência. Indicação da marca do produto, em se tratando de produtos genéricos, indicação do laboratório. Indicação do valor unitário e global dos produtos licitados. Ficando proibida a substituição dos medicamentos por similares.

5. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição visa atender as necessidades do Ambulatório do Tribunal de Justiça e Fórum de Várzea Grande, no que tange a aquisição de materiais de consumo.

Quanto aos itens: Resina composta, Adesivos foto polimerizável, Ionômeros de Vidro restaurador e forrador e Filmes radiográficos dental adulto e infantil, foram solicitados em virtude da qualidade superior dos materiais, maior estabilidade de cor, resistência mecânica a mastigação dental, tempo de trabalho maior para o cirurgião dentista (ex: na espaturação, presa tardia, etc), rendimento maior por porção(o que influencia diretamente na quantidade utilizada), gerando maior economia nos materiais e menos exposição à radiação por parte do paciente e profissional, durante as tomadas radiográficas.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

6. Vigência do Contrato / Prazo de Execução

Entregar num prazo de 30(trinta) dias após o recebimento da solicitação de empenho. No caso do registro de preços, que terá validade por 12 (doze meses), a entrega deverá ser feita até o limite de 30(trinta) dias após o recebimento da solicitação de empenho conforme solicitação. Podendo esse prazo ser prorrogado por apenas uma única vez, conforme as justificativas do fornecedor e desde que aceito pelo fiscal.

7. Modo de Entrega

Os materiais deverão entregues no Departamento de Material e Patrimônio, Avenida. Miguel Sutil nº 6741 G, sendo necessário **o agendamento prévio do horário** e somente serão recebidos medicamentos com prazo de validade mínima de um ano, da marca ou laboratórios indicados na proposta vencedora, vedada sua substituição por similares.

O não agendamento prévio de horário ensejará a devolução dos produtos com o transporte de devolução por conta do fornecedor;

8. Modo de Recebimento / Aceite

Os materiais serão avaliados e recebidos em conjunto com a equipe de saúde do Tribunal de Justiça, sendo que os fiscais serão: Dr. José Carlos Fava e Dr. Reynaldo Martins Junior, obedecido o contido no item 7, bem como verificação de sua conformidade quanto às quantidades e qualidades descritas no Anexo I do presente edital.

OBSERVAÇÃO:

No Ato do recebimento dos materiais no Departamento de Material e Patrimônio, não serão recebidos os produtos que não estiverem na quantidade exata do empenho, caso contrário, os materiais serão devolvidos a Empresa fornecedora ou que efetuar a entrega (se por transportadora), que deverá arcar com os custos diversos que surgirem e responder pelo atraso na entrega.

A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverão fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da **ANVISA / MINISTÉRIO DA SAÚDE**, atendendo aos critérios:

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

- Rotulagem – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter descritos nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

- Validade – não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

9. Modo de Pagamento

Ao final da entrega dos objetivos o licitante deverá emitir Nota Fiscal de venda. O documento fiscal deverá conter as especificações dos objetos entregues. Apresentada a Nota fiscal caberá a um representante da equipe de saúde do ambulatório médico (indicar os nomes) para atestá-la encaminhando-a ao Departamento do Funajuris para pagamento.

10. Obrigações Complementares da Licitante Vencedora

O licitante deverá estar em situação de regularidade fiscal devidamente comprovada.
No caso dos produtos químicos e farmacêuticos, de acordo com as Normas Vigentes do Ministério da Saúde.

11. Obrigações Complementares do Tribunal

Efetuar o pagamento até o **30 (trinta) dias** após a apresentação do documento fiscal.
Disponibilizar local para recebimento e guarda e instalação dos produtos.

12. Penalidades

As penalidades serão descritas no edital e na Ata de Registro de Preços, quanto as multas e seus valores em consonância com as infrações serão as seguintes:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,05% do valor do CONTRATO
2	0,10% do valor do CONTRATO
3	0,20% do valor do CONTRATO
4	0,50% do valor do CONTRATO

Tabela 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
2	Produtos que não estiverem na <u>quantidade exata do empenho por produto;</u>	01
3	Deixar de fornecer as marcas indicadas na proposta por produto	02
4	Deixar de entregar o produto em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.	02
5	Deixar de apresentar a - Rotulagem dos produtos, nacionais	02



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

	ou importados, devem ter constados nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.	
6	APRESENTAR PRODUTO COM PRAZO DE VALIDADE inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação	04

Cuiabá, 09 de Julho de 2012.

ORIGINAL ASSINADO

Drº Homero Florisbelo da Silva
Coordenador do Ambulatório Médico



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº xxxxx/2012.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo odontológico para atender as necessidades dos consultórios de Odontologia do Ambulatório do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Fórum de Várzea Grande, conforme especificação e condições estabelecidas no Termo de Referência nº s/n do Ambulatório Médico.

O **ESTADO DE MATO GROSSO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA/FUNAJURIS**, CNPJ n. 01.872.837/0001-93, situado na Av. Rubens de Mendonça, s/n – Centro Político Administrativo – Cuiabá/MT – CEP 78.055-970 com obediência geral a **Lei n. 10.520, de 17/07/2002, pelos Decretos n. 3.555, de 08/08/2000, n. 3.931, de 19/07/2001 e subsidiariamente pela Lei n. 8.666, de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores)**, neste ato representado pelo Presidente deste sodalício, Exmo Sr. Desemb. **XXXXXXXXXX XXXXX XXXXXX XXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador do RG n. xxx.xxx xxx/xx e do CPF n. xxx.xxx.xxx-xx, residente na xxx xxxxxxxxxxxx Cuiabá-MT, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a **empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxxxxxxxxxx e Inscrição Estadual n. xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, em Cuiabá-MT – CEP n. x xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sra(o). **XXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) do RG n. xxxxxxxxxxxx, e do CPF n. xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) na rua xxxxxxxxxxxx, n. xxxxxxxx, em Cuiabá-MT, **e seu valor registrado na cláusula segunda desta ata**, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2012, CIA. 0081233-22.2012.8.11.0000, bem como a classificação da proposta e a respectiva homologação, RESOLVEM registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2012**; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa relacionada na Cláusula Segunda deste instrumento, visando o fornecimento de materiais de consumo odontológico para atender as necessidades dos consultórios de Odontologia do Ambulatório do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Fórum de Várzea Grande, conforme especificação e condições estabelecidas no Termo de Referência nº s/n do Ambulatório Médico, Anexo I, que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. - As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:

Empresa: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX LTDA.**
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **Inscrição Estadual:**
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cidade: XXXXXXXXXXXX **CEP:** XX.XXX-XXX
Telefone: XXXXXXXXXXXX **E-mail:** Representante legal: XXXXXX
R.G: nº XXXXXXXX-X **Órgão Exp.:** XXXXX **CPF:** XXX.XXX.XXX-XX
Itens: XXXXXXXXXX



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

2.2. Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação- Verificar a necessidade de incluir o MODELO

ITEM XXX			
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
Empresa licitante	MARCA	QUANT.	Valor Unitário R\$
XXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXX x (unidade)	XXXXXXX

2.3. FONTE: 240

2.4. ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis n. 10.520/02 e n. 8.666/93 e nos Decretos n. 3.931/01, n. 3.555/00 e n. 5.450/05.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de **03 (três) dias**, prorrogável por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo TJ/MT, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preços supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata, firmada entre o TJ/MT e a empresa que apresentar a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ARP pelo Presidente do Tribunal de Justiça e a classificada em primeiro lugar.

4.2. Durante o prazo de validade da ARP, os órgãos signatários não ficarão obrigados a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização às empresas signatárias do SRP.

4.3. Na hipótese do Item 4.2, caso o preço resultante da licitação, dispensa ou inexigibilidade seja igual ou superior ao constante no Sistema de Registro de Preços, o órgão fica obrigado a adquirir os materiais junto à empresa signatária deste Instrumento, eis que esta tem o direito de preferência.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Tribunal de Justiça/Departamento Administrativo, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração.

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

- a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
- b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. Os preços registrados para a empresa signatária deste instrumento são aqueles constantes na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o produto do preço unitário ora registrado multiplicado pela quantidade que se deseja comprar.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, exceto por força de legislação ulterior que assim o permita.

6.4. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de *ofício* ou a pedido do licitante signatário da ARP, nas seguintes condições:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

a) Para cima, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "b" e § 5º, da Lei n. 8.666/93, desde que demonstrada, por parte do fornecedor, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

b) Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado encontra-se substancialmente superior ao praticado no mercado.

6.5. Na hipótese do item 6.4."b", frustrada a negociação, o órgão gerenciador liberará o fornecedor e chamará as demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugares visando igual oportunidade de negociação.

6.6. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.7. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova pesquisa de preços.

6.8. No preço registrado estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto (tributos, fretes, seguros, embalagens, encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos materiais ao Fiscal da contratação que verificará a qualidade dos materiais prestados e confrontará a qualidade entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos materiais.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.666/93, podendo os órgãos adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da Solicitação de Empenho.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

8.2. A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da solicitação de empenho e, notificará a empresa para proceder à retirada da mesma.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou *e-mail*, conforme informações constantes na proposta.

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de Empenho.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá **03 (três) dias** úteis para retirada da Solicitação de Empenho.

8.4. A retirada da Solicitação de Empenho somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como do respectivo documento de identificação.

8.5. Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio, localizado na Av. Miguel Sutil, 6741-G, Bairro Duque de Caxias, CEP 78043-375, telefone: 065-3613-8238/8239, Cuiabá-MT, no período das 8h às 18h, onde serão conferidos e recebidos.

8.6. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.7. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;

8.7.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.8. Os materiais, a cada aquisição, deverão ser entregues de uma só vez no local indicado no item 8.5. desta Ata. Todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a entrega poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

- 9.3.** Responder às notificações no prazo estabelecido.
- 9.4.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
- 9.5.** Efetuar o fornecimento do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no TR.
- 9.6.** Declarar, no momento da celebração do contrato, que está plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assumir o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no certame.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 10.1.** Gerenciar a ARP.
- 10.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes.
- 10.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
- 10.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de órgão aderente.
- 10.4.1.** Caberá ao órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade, ao fiscal da ARP.
- 10.5.** Mediante solicitação dos órgãos aderentes, efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
- 10.6.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1.** Os órgãos signatários fiscalizarão o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento.
- 11.1.1.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
- 11.2.** Cada órgão participante ou aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.
- 11.3.** Será Gestora da Ata de Registro de Preço para o Tribunal de Justiça, a Srt^a Marluce Peixoto de Assis, Chefe da Divisão de Compras.
- 11.4.** Será Fiscal desta ARP o Senhor Dr. Jose Carlos Fava, matrícula 3625 e Dr. Reynaldo Martins Junior 6622, Odontologistas do Ambulatório Médico deste Tribunal de Justiça.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

- a) O fornecedor não se dispuser a substituir os materiais que vierem a apresentar defeitos de qualidade ou funcionamento;
- b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;
- c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal da ARP do órgão gerenciador ou órgão aderente;
- d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas nos art. 13 do Decreto n. 3.931/01 e no art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não quiser acordar revisão;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;
- g) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA TREZE - DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao Departamento do FUNAJURIS, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valor unitário e total do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta-corrente onde deseja receber seu crédito.

13.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

13.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

13.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providências cabíveis.

13.5. Caso a documentação esteja disponível na *internet*, o próprio órgão signatário poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

13.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta-corrente, assim como se disponível, o número do *fac-símile*.

13.7. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do registrado na Ata de Registro de Preços.

13.8. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, na Ata de Registro de Preços ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e neste caso o prazo previsto no subitem **13.1.** será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

13.9. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de Empenho.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

14.4. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

14.5. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho e Termo de Referência s/n do Ambulatório Médico.

CLÁUSULA QUINZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será informado a SAD/MT e os sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas no Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a)** Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b)** Não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de vigência da Ata;
- c)** Apresentar documentação falsa;
- d)** Deixar de apresentar documentos exigidos para o certame;
- e)** Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- f)** Não mantiver a proposta;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.1.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei n. 10.520 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa de:
 - b.1) 0,5 %** (meio por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

para apresentação de documentos ou assinatura e devolução da Ata. Caso o atraso para assinatura e devolução da Ata seja superior a 10 (dez) dias, e a critério da Administração, poderá configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 0,5 % (meio por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso injustificado para entrega do objeto, até o limite de 10% (dez por cento). Após 20 (vinte) dias, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 3 % (três por cento) ao dia sobre o valor do bem, no caso de atraso injustificado para substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação durante o período de garantia, limitada a incidência de 10 (dez) dias. Após esse prazo, e a critério da Administração, poderá configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.4) 40 % (quarenta por cento) sobre o valor do bem, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.3”;

b.5) 10 % (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços registrados, ou em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal à adjudicatária ou cobrado judicialmente por meio da Procuradoria do Estado.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem **15.1.1.** poderão ser aplicadas, cumulativamente, à pena de multa.

15.4. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem **15.1.1.** também poderão ser aplicadas à adjudicatária ou ao licitante, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55/2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

15.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da intimação por parte do TJ/MT, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria Estadual.

15.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15.7. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item **15.1.1.**, c, d, desta ARP, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15.8. O possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei n. 10.520/02, n. 8.666/93 e pelos Decretos n. 3.931/01, n. 3.555/00 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

16.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Edital de **Pregão Eletrônico n. 55/2012 – CIA 0081233-22.2012.8.11.0000** Termo de Referência n. s/n do Ambulatório Médico que acompanhou o edital;
- b) Proposta escrita do fornecedor ou negociação/recomposição de preço;
- c) Ata da Sessão Pública.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

17.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

- a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei n. 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;
- b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no art. 13, § 2º do Decreto n. 3.931/01;
- c) Rescindir nos enumerados nos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

TJ/MT
Fls. ____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

d) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

e) Fiscalizar junto com os demais órgãos signatários, o fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

18.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, S/N – CUIABÁ/MT
CEP: 78.050-970
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE COMPRAS

18.2. Eventuais mudanças de endereço do órgão aderente ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Solicitação de Empenho, uma vez emitida, não substitui o instrumento da ARP.

19.2. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil Brasileiro.

19.3. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, bem como com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

19.4. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feitas pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a ao Presidente do Tribunal de Justiça para homologação.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

TJ/MT
Fls. _____

Pregão Eletrônico n. 55 / 2012 CIA 0081233-22.2012.8.11.0000

CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Para eficácia do presente instrumento, o Tribunal de Justiça providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto n. 3.555/00.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro de Cuiabá/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

21.2. E por estarem de acordo, após lida e assinada, as partes firmam a presente ARP em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei n. 8.666/93.

Cuiabá - MT, xx de xxxxx de 2012.

Desembargador **XXXX XXXXXX XXXXXXXX XXXXXX**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

FORNECEDOR: xxxxxxxxxxxx

CNPJ xxxxxxxxxxxx

I.E. xxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Testemunhas: xxxxxxxxxxxxx e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx